2.

Compreendendo o bullying

Os meninos atacam Basini quase toda noite, arrancando-o da cama e empurrando-o escada acima para o sótão. Nenhum professor vai ouvir seus gritos de lá. Eles o forçam a se despir, então fustigam suas costas. Nu e indefeso, o garoto se encolhe enquanto seus torturadores o fazem gritar “Eu sou uma besta!”. Durante o dia, outros estudantes o cercam no pátio e o empurram até ele cair, sangrando e sujo.

Robert Musil, 1906¹

Muitas personalidades declararam ter sofrido bullying. Poderíamos citar Tom Cruise, Madona, Bill Clinton, Celine Jonh, Selena Gomes, Kate Winslet, entre outros. No Brasil, a lista também é expressiva e conta com Aline Moraes, Priscila Machado, Cauã Raymond, Priscila Fantini, Marina Rui Barbosa. Todos relatam que conseguiram superar o sofrimento e as marcas deixadas pelas ofensas e agressões.

A questão é que nem sempre o bullying sofrido na infância e na adolescência é superado na fase adulta. Há muitos casos de histórias de insucesso, de estudantes anônimos que por medo, vergonha, insegurança ou mesmo sentimento de impotência sofrem calados, por longos períodos, diversos tipos de agressões dentro do ambiente escolar. O depoimento comum entre estes estudantes é o desejo de chegar o dia em que não precisarão mais ir à escola; o dia em que não terão mais que suportar cotidianamente o sofrimento que o bullying provoca.

São *Basinis* que relatam carregar uma tristeza profunda marcada por um sentimento de fraqueza, que nos casos mais graves pode chegar ao suicídio, ou, ao contrário, podem atentar contra a vida de outros estudantes e professores. Em geral, este desejo é alimentado por longos períodos de ofensas, humilhações e agressões (ROSSATO, 2013).

O bullying, objeto desta investigação, vem se constituindo como um problema de pesquisa no campo de estudo sobre a violência escolar. Os casos

¹¹ Trecho retirado do livro *O jovem Törless* de Robert Musil.

noticiados e as estatísticas das pesquisas sobre o assunto assustam a sociedade em geral. Afinal de contas, é difícil acreditar que as crianças e os adolescentes sejam capazes de praticar de maneira voluntária e consciente tantas crueldades. Da mesma forma que é difícil de aceitar que a escola não seja um lugar seguro que ofereça processos saudáveis de socialização.

Diante da complexidade envolvida na problemática do bullying, cabe-nos indagar de que modo a pesquisa em educação pode contribuir para sua compreensão.

Dentro dessa perspectiva, é importante salientar que a agenda de pesquisas em educação é caracterizada pela transdisciplinariedade. Isso significa que as preocupações dos estudiosos do campo educacional se complexificaram e novos problemas passaram a ser mais investigados. Se até os anos 1990, o foco das pesquisas eram os processos avaliativos, as diretrizes curriculares e a formação docente, a partir da virada do século, as relações sociais escolares surgiram como uma nova temática de pesquisa (SPOSITO, 2001). O cotidiano escolar se transformou em um espaço-tempo de fundamental importância para a pesquisa e a efetivação do processo de ensino e aprendizagem.

É nesse momento que a temática da violência escolar ganha destaque entre as preocupações de professores, pedagogos e pesquisadores. É evidente que o aumento de casos de violência na escola contribuiu para o reconhecimento e a investigação dessa problemática (SPOSITO, 2001), mas, para além dos dados estatísticos, a escola passou a ser vista como um espaço de múltiplas socializações, passível de múltiplos conflitos e práticas violentas.

Na literatura especializada em violência escolar (OLWEUS, 1978; SPOSITO, 2001; NOGUEIRA, 2004), o conceito de bullying apresenta-se como polissêmico e em disputa, mas é consensual entre os pesquisadores que o bullying impõe novos desafios para aqueles que se dedicam em compreender as práticas de socialização no ambiente escolar. Neste sentido, consideramos fundamental compreender o bullying, suas peculiaridades e suas consequências.

2.1

A construção de um conceito

Em 2010, eu trabalhava como professora substituta em uma escola federal considerada de referência no Rio de Janeiro. Lembro que após uma aula sobre a violência que marcou a escravidão no Brasil, um grupo de alunos do 1º ano do ensino médio me procurou. Naquele dia, a escola se organizava para uma feira cultural. Os corredores estavam repletos de objetos e muitas pessoas trabalhavam na organização do evento. No momento em que me abordaram cheguei a pensar que queriam ajuda sobre suas falas durante a apresentação na feira, pois sabia que o tema daquele grupo era *violência, preconceito e discriminação*.

Fiquei surpresa quando os estudantes me disseram que iriam mudar o foco da apresentação e ao invés de falar sobre a violência na História do Brasil, resolveram apresentar um trabalho sobre violência na escola. Lembro que na hora disse a eles que não daria tempo para tal mudança, afinal a feira começaria no outro dia. Mas, por um momento, pensei o que levaria àqueles estudantes a mudar o foco do trabalho. Pedi que me contassem os motivos que estavam por trás dessa atitude. Então, Carol¹² me disse:

Professora, o Tavinho¹³ tá sofrendo bullying, ele não vem à escola desde apresentação do Coral, quando um grupo de meninos colocaram pimenta na garrafinha de água dele e ele não conseguiu solar a música.

Alguns fatos ocorridos na escola, então, passaram a fazer sentido para mim e entendi a crise de tosse do Tavinho e seu desespero em não conseguir cantar. Os estudantes contaram que mais três alunos eram perseguidos durante as aulas e demais atividades. Disseram que a situação passava dos limites e que ninguém falava nada por medo de novas reações. Minha primeira atitude foi o espanto, pois era professora dessa turma há cinco meses e nunca havia percebido nada, inclusive considerava Tavinho um estudante de destaque. Resolvi apoiá-los na decisão de mudar o tema da feira cultural.

A princípio, o nosso objetivo era discutir o que eles denominaram como o “direito de ser diferente” e não sofrer humilhações e insultos daqueles que,

¹² Nome fictício.

¹³ Nome fictício.

segundo eles, padronizam um comportamento que deve ser seguido e depreciam os indivíduos que não se submetem à padronização. A apresentação na feira foi um sucesso e acabou motivando mais estudantes a participarem do projeto que iniciamos.

Ao longo do ano, percebi que os próprios estudantes não sabiam de fato o que era bullying e a extensão de suas consequências, muito menos suas causas e motivações. Chegou ao ponto de qualquer tipo de violência, ou até mesmo brincadeira, ser classificada como bullying. Foi nesse momento que decidi estudar o bullying e compreendê-lo como um tipo específico de violência escolar. Comecei perguntando aos estudantes se eles saberiam definir bullying: “*Sei, é quando a pessoa fica batendo, xingando, colocando apelido; as pessoas nem têm vontade de ir pra escola*”. Por essa resposta de uma estudante de 14 anos do ensino médio, podemos afirmar que o termo não é desconhecido. Pelo contrário, trata-se de um dos principais e mais difíceis problemas de violência escolar e que vem sendo incorporado no discurso de estudantes e professores, bem como cada vez mais percebido no cotidiano das escolas.

2.2

Conceituando o bullying

O termo bullying é um anglicanismo, uma palavra de etimologia inglesa utilizada em quase todo o mundo ocidental para explicar casos específicos de violência escolar. O alto índice de casos de violência escolar e a gravidade de alguns casos que chegaram a resultar em suicídios levaram pesquisadores ingleses e noruegueses a definirem um termo para expressar alguns comportamentos agressivos que acontecem nas escolas. Foi assim que o termo bullying passou a ser utilizado. Assim, pesquisadores de língua inglesa inventaram o termo com a finalidade de classificar alguns casos de comportamentos agressivos nas escolas. *Bullying* deriva do verbo *bully*, que significa ameaçar, intimidar e agredir. Na linguagem cotidiana, o termo vem sendo utilizado para descrever relações violentas entre estudantes, chamando a atenção para o comportamento de valentões nas escolas.

O bullying começou a ser estudado na década de 1970 na Suécia. A partir de 1990, na Noruega, o professor Dan Olweus, pesquisador da Universidade de Bergen, começou a investigar o assunto a partir de casos de suicídios ocorridos entre adolescentes, que sofriam agressões na escola¹⁴.

Olweus (1978) iniciou um estudo pioneiro em que participaram aproximadamente 84 mil estudantes, 1000 pais e 400 professores. O objetivo desse estudo foi avaliar como o bullying se apresentava na Noruega. A pesquisa concluiu que 01 em cada 07 estudantes entrevistados estava envolvido com o bullying escolar como vítima ou agressor. Essa revelação deu origem a uma campanha nacional antibullying, que recebeu amplo apoio do governo norueguês. A iniciativa de Olweus desencadeou campanhas semelhantes em diversos países do mundo.

Olweus (1978) elaborou as primeiras características para se detectar os casos de bullying e os diferenciou de interpretações errôneas, como gozações isoladas, incidentes, brincadeiras agressivas próprias do processo de amadurecimento de crianças e adolescentes. As seis características estabelecidas por Olweus (1978, p.236) como específicas do bullying são:

- 1- ações repetitivas contra a mesma vítima;
- 2- agressões num período prolongado de tempo;
- 3- desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima;
- 4- dificuldade da vítima em se defender;
- 5- ausência aparente de motivos que justifiquem os ataques;
- 6- atos de violência ocorridos entre pares.

Considerando o pioneirismo dos estudos de Olweus (1978) e a ausência de pesquisas que contestem de maneira significativa as seis características apresentadas, optamos em partir delas para construir uma conceituação a respeito

¹⁴ Essa onda de interesse social contagiou os demais países escandinavos. Na Noruega, pais e professores se utilizaram durante anos dos meios de comunicação para tornar público a sua preocupação com o bullying. No entanto, as autoridades educacionais demoraram a se pronunciar oficialmente sobre o assunto. No final de 1982, ocorreu uma tragédia ao norte daquele país que marcou a história do conceito de bullying. Três crianças com idade entre 10 e 14 anos se suicidaram. Logo após, as investigações concluíram que elas resolveram se matar porque foram submetidas a situações de maus-tratos pelos colegas da escola. No ano seguinte, em resposta a uma grande mobilização nacional, foi realizada uma ampla campanha com o objetivo de combater o bullying escolar.

do bullying. Segundo Olweus (1978), o bullying é um comportamento tão antigo quanto a institucionalização da própria escola, o que aconteceu é que durante muitos anos esse tipo de comportamento foi compreendido como simples brincadeira. Mesmo sendo antiga, a prática do bullying só se tornou um objeto de estudo a partir dos anos 1970. Paradoxalmente, o bullying passou a ser visto como um problema social e educacional, antigo e novo ao mesmo tempo. Antigo, quando pensamos em sua ocorrência concreta e novo do ponto de vista dos novos olhares e das novas formas de percepção sobre a temática.

Para que um novo termo se transforme em conceito é necessário um grande esforço teórico e empírico. Foi exatamente isso que aconteceu com o bullying. Dos anos de 1970 até hoje, pesquisadores do mundo inteiro se esforçam para complementar e aperfeiçoar o conceito. Vejamos algumas conceituações.

Tipo de intimidação direta ou indireta cujo leque de possibilidades varia desde simplesmente gozações em tom ofensivo até atitudes mais violentas que empreguem a força física. Dentre os elementos desencadeadores desses ataques está a incapacidade de se lidar com as diferenças em termos de raça, status, aparência etc. (BEAUDOIN e TAYLOR, 2006, p.22)

É o comportamento agressivo intencional que pode se expressar de diversas maneiras (verbal, física, social e emocionalmente, em relacionamentos, pela internet, ou numa combinação de vários desses fatores). É gerado pelo desequilíbrio de poder e ocorre repetidas vezes durante um período de tempo. Surge espontaneamente, não como reação a provocações, e possui modalidades diversas. (CARPETER e FERGINSON, 2001, p.19).

Um tipo de violência física e/ou psicológica caracterizada pela repetição de atos pelo desequilíbrio de poder entre agressor e vítima. (CUBAS, 2006, p.175)

Trata-se de situações em que um ou vários alunos decidem agredir injustamente outro colega e o submetem, por períodos prolongados, a uma ou várias formas de agressão: a agressão corporal, o extorquir dinheiro ou a ameaça. É praticado sobre crianças ou jovens mais inseguros, mais fáceis de amedrontar e/ou que têm dificuldades em se defender. (PEREIRA, 2002, p.15)

Considerando as definições apresentadas podemos destacar que o bullying é analisado como um tipo de intimidação, um comportamento agressivo, um tipo de violência e uma situação caracterizada por agressões. Essas formas de se referir ao bullying são as mais recorrentes. Outro fator importante é que a agressão deve apresentar alguns elementos singulares que o distinguem de outros tipos de agressões rotineiras, pontuais ou momentâneas. Assim, as definições corroboram

o bullying como intencional, repetitivo, assimétrico, entre pares e cuja finalidade é provocar sofrimento físico e psíquico.

Partindo de Olweus (1978) e das conceituações apresentadas, construímos a seguinte conceituação para esta pesquisa, a saber:

O bullying é um tipo específico de violência escolar entre pares, caracterizado por comportamentos violentos que envolvem atitudes hostis. Essas atitudes podem violar a integridade física e psicológica dos estudantes, mediante práticas agressivas, intencionais, repetitivas e assimétricas. As motivações para o bullying não são plenamente racionais do ponto de vista das justificativas morais e exprimem sentimentos de intolerância à diferença

2.3

A tipologia do bullying

Apesar de estarmos trabalhando com o bullying enquanto um tipo específico de violência escolar, vale ressaltar que as práticas de bullying se constituem através de diversos tipos de agressões conscientes, repetitivas, praticadas com a intenção individual ou coletiva de ferir o outro e relacionada ao (não) reconhecimento da diferença.

No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) elaborou uma cartilha para o enfrentamento do bullying nas escolas¹⁵. Esse documento classifica essa violência escolar em cinco tipos:

- 1- *Verbal*. Trata-se do bullying como uma violência simbólica. O autor busca insultar, ofender, falar mal, colocar apelidos pejorativos, etc.;
- 2- *Física e material*. Fundamenta-se no contato físico, no desejo de machucar fisicamente o outro, através de empurrões, chutes, socos,

¹⁵A Cartilha elaborada pelo CNJ integra uma das ações do Programa Justiça na Escola que tem o objetivo de aproximar o Judiciário e as instituições de ensino do país no combate e na prevenção dos problemas que afetam crianças e adolescentes. O CNJ coordena o programa em parceria com as Coordenadorias de Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça de todo o país, associações de magistrados e órgãos ligados à educação. A proposta do programa é debater temas como combate às drogas, bullying, violência nas escolas, evasão escolar, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e cidadania, com a participação de juízes, professores, educadores, técnicos em psicologia e serviço social, estudantes, pais e demais interessados.

beliscões e pontapés. Também pode ocorrer como roubo e/ou destruição de pertences e extorsões.

- 3- *Psicológica e moral*. Compreendem atitudes de humilhação, constrangimento, exclusão, discriminação, ameaças, intimidação, difamação e difere do tipo verbal no que tange à gravidade de suas ações e consequências, que são fundamentadas na intolerância à diferença e na negação do reconhecimento do outro.
- 4- *Sexual*. Consideram-se nesses casos as atitudes de abusar, violentar e assediar sexualmente a vítima.
- 5- *Virtual ou cyberbullying*. Compreende violência virtual realizada através de ferramentas tecnológicas com conteúdo publicizado na internet¹⁶.

A partir dos casos de bullying denunciados e analisados no Brasil, Fante (2003); Constantini (2004); Calhau (2010) e Rossato (2013) concordam com a tipologia apresentada pelo CNJ. Todavia, essa tipologia não deve ser essencializada, pois no cotidiano escolar essas formas se misturam, complexificando ainda mais a problemática. Fora do Brasil pesquisadores identificam outros tipos. Olweus (2010), em pesquisa mais recente, aponta nove tipos de bullying: *verbal; exclusão social; agressão física; divulgação de mentiras e boatos falsos; furtos; ameaças; forçar a vítima a cometer atos imorais; racial; sexual e cyberbullying*.

Já Beane (2011) considera que nos Estados Unidos o bullying se manifesta por apenas três formas: *físico, verbal e social* (que envolve ofensas, humilhações e agressões em público). Fante e Pedra (2008) construíram uma tipologia do bullying muito semelhante ao CNJ, a partir das formas de ataque: *físico, moral, sexual, virtual e material*. Nas pesquisas de Carpenter e Ferguson (2011), os tipos de bullying são definidos a partir das formas de agressão que contemplam a mesma classificação apontada por Fante e Pedra (2008), destacando-se um sexto tipo de bullying denominado “emocional”: quando o agressor isola a vítima, exigindo exclusividade e fidelidade a ele.

¹⁶ O cyberbullying configura um tipo de violência que é potencializada pela tecnologia. É muito difícil lutar contra esse tipo de bullying, pois geralmente as ofensas ou exposição de fotos que atingem a imagem de um determinado estudante são compartilhadas na rede e em segundos alcança uma grande quantidade de acessos. Para rastrear o autor da ação, seria preciso de um grande conjunto de informações e muitas vezes esses atos são feitos de locais com grande rotatividade de pessoas, como *lan houses* e *shopping*.

Alguns pesquisadores (CUBAS 2006; GUIMARÃES, 2010) preferem compreender o bullying a partir de apenas duas classificações, o que seria um bullying *direto e indireto*. O primeiro seria mais comum entre os meninos, a agressão pode ser verbal, física e material. Nesse tipo, o autor ataca diretamente, sem buscar subterfúgios ou disfarçar suas intenções. Já o segundo tipo, o *indireto*, caracteriza-se, sobretudo, por ações endereçadas a terceiros, são calúnias, fofocas, mentiras em geral. Esse tipo seria mais comum entre as meninas. É um pouco mais velado e utiliza-se mais de recursos tecnológicos (*blogs, mensagens eletrônicas, fotos, filmagens, redes sociais*) para potencializar a ofensa.

Ao admitir a existência de apenas dois tipos de bullying, Cubas (2006) e Guimarães (2010) estão trabalhando com o conceito de violência de Bourdieu (2005), que considera dois grandes tipos de violência: física e simbólica. Dessa forma, o bullying direto estaria expresso nos atos de violência física ou de violência verbal que resultam em agressões físicas. Já o bullying indireto seria o que Bourdieu (2005) chama de violência simbólica, são aquelas agressões que não são dirigidas ao corpo, mas sim ao psicológico.

No bullying indireto a vítima pode demorar dias, semanas ou meses para tomar conhecimento dos ataques e de seus agressores originários. É uma forma de bullying mais sutil, porém, muito cruel e extremamente prejudicial à moral e à autoestima da vítima, pois os rumores perversos circulam rapidamente por toda escola e pelas redes sociais da internet, extrapolando o contexto escolar, chegam ao conhecimento da sociedade como um todo, podendo causar exclusão, discriminação, indiferença e isolamento social (ROSSATO, 2013, p. 61 e 62).

Ainda dentro do bullying indireto, Gomes (2001, p. 29) adverte que para além das condutas comissivas, realizadas por ações de agredir, ridicularizar, perseguir, ameaçar, difamar, há também as condutas omissivas, que caracterizam um tipo de bullying por omissão.

(...) pode ser produzido com atos de ignorar, “dar um gelo” ou isolar a vítima. Se provocados por um grupo de alunos numa sala de aula podem ser devastadores para a autoestima de uma criança, por exemplo. Em geral, o bullying praticado por omissão é mais afeito ao praticado por meninas e é bem mais sutil. É quase invisível. Se você analisar o ato isolado ele pode não significar nada, mas são como pequenas agressões que pouco a pouco vão minando a integridade psicológica da vítima.

2.4

Conhecendo o comportamento bullying

Fante (2001) afirma que, na maioria das pesquisas, o bullying é investigado como um fenômeno de agressividade e intimidação. Nesse estudo, buscamos não trabalhar com a ideia de fenômeno, pois nos parece denotar um acontecimento observável e natural. Partimos do pressuposto que os casos de bullying não são apenas “fenômenos que acontecem naturalmente”. Ao contrário, defendemos que o bullying é um comportamento socialmente construído. Por isso, é repetitivo e está imerso em um conjunto de características muito específicas presentes em determinados contextos e personalidades.

Uma primeira característica comum aos casos de bullying, que nos ajuda a conhecer esse comportamento, é a dificuldade que os estudantes encontram em conviver e aceitar as diferenças. Essa dificuldade não é exclusiva dos estudantes. Sabemos que em nossa sociedade algumas diferenças têm sido estigmatizadas, principalmente, quando esta contraria o que está socialmente acordado como padrão de normalidade. Todavia, na escola, a diferença é constantemente colocada à prova, isso porque a escola foi pensada e construída no formato de uma instituição uniformizadora, que historicamente pouco assimilou o reconhecimento das diferenças.

O lamentável é que a escola pode também ser um mecanismo de exclusão, dando a alguns o acesso aos mecanismos de poder (direito, língua, história, ciência etc.) e negligenciando a outros. A escola pode sociabilizar com ênfase no respeito à diferença, mas pode também uniformizar (uniforme, provas únicas, currículo único, a mesma maneira de ensinar para todos). (ANDRADE, 2009, p. 23).

No entanto, hoje, a diversidade cultural e identitária desafiam as tentativas homogeneizantes que a escola ainda tenta impor. É nesse ambiente de construção, reconstrução e reprodução da diversidade que o bullying se constitui, enquanto um comportamento violento de negação e inferiorização das diferenças. Duas questões poderiam ser analisadas em relação a esse cenário: (1) Por que a escola insiste em negar as diferenças sob a égide da uniformização? (2) Por que a diferença tanto incomoda no ambiente escolar?

As respostas para essas questões não são fáceis e perpassam a discussão sobre o papel da escola no processo de construção e formação da identidade dos

estudantes. A escola ainda objetiva e necessita ser o espaço de inserção do que é público. Ela é um importante espaço público de socialização para além da família. No entanto, buscando compreender a primeira questão, podemos afirmar que a escola não contribui para que os alunos possam pensar no que é público e refletir sobre sua importância, e, ainda, traduz em ações a idéia de que o que é público não é bom (TOGNETTA e VINHA 2008). Ao homogeneizar as diferenças, pasteurizando os comportamentos, as ações e as atitudes dos estudantes em nome do respeito às normas institucionais que viabilizam a convivência harmônica, a escola desconstrói a importância do público enquanto espaço de socialização.

Da mesma forma, é significativo pensar como é que a escola sanciona os comportamentos inadequados? Muitas vezes, com punições coletivas, fato que nos obriga a afirmar que a condição do que é público se traduz como o que não é agradável ou bom para todos (TOGNETTA e VINHA, 2008). O resultado dessas ações é que os estudantes parecem pouco se preocupar com a esfera pública. E as consequências disso são visíveis na banalização e naturalização de comportamentos agressivos nos espaços públicos escolares.

Em pesquisa de 2007 com pré-adolescentes do ensino fundamental, Tognetta e Vinha (2008) apresentaram a 150 meninos e meninas de escolas públicas e particulares uma simples pergunta: “Tem alguma coisa que as pessoas fazem que deixa você com raiva ou indignado? O quê?”. A partir das respostas constataram que 35,33% dos estudantes apresentam valores considerados individualistas, pois se indignam quando acreditam que seus direitos individuais foram violados e, assim, temos, segundo as autoras, uma espécie de “justiça auto-referenciada”. A maior parte das respostas, 40,66%, referem-se a valores estereotipados e a relações próximas. As pesquisadoras afirmam que esses adolescentes, ainda heterônomos, consideram apenas o meio social restrito em que vivem, por exemplo, indignam-se quando alguém “xinga minha mãe ou meu pai”. Somente 24% desses adolescentes se referem à indignação contra virtudes, como a falta de dignidade, a desonestidade e a injustiça. Tais dados revelam exatamente a ausência do valor ao que é público. Somadas as porcentagens da justiça auto-referenciada e da valorização aos que são próximos, temos 76% das respostas em que meninos e meninas pré-adolescentes parecem não se incluir numa esfera pública que envolva a si e a outros.

A hipótese de Tognetta e Vinha (2008) é que a escola nega as diferenças homogeneizando as identidades porque compreende o espaço público como um lócus estruturado a partir da uniformização. A escola pretende que seus alunos se insiram no espaço público, mas suas pretensões não são suficientes para fazê-lo, pois a escola ainda está voltada apenas para aquilo que fere ao que é de todos, e não consegue ensinar aos estudantes que a valorização do que é público começa pelo reconhecimento e respeito de si mesmo, do que é particular, mas também do que é dos outros. Ao homogeneizar as diferenças dos estudantes e não reconhecer as singularidades culturais e identitárias de cada um, a escola não possibilita que seus estudantes valorizem o bem comum, pois para que essa valorização seja viável é fundamental que os estudantes sintam suas singularidades respeitadas e reconhecidas. O modelo vigente de escola faz o caminho inverso: investe forçosamente no que é público, sem explicitar que o público é constituído a partir das singularidades pessoais. Sem respeitar as individualidades e as diferenças que nos constituem enquanto seres humanos é inviável reconhecer a positividade daquilo que é de todos.

Tognetta e Vinha (2008) afirmam que muitos professores elegem o cumprimento de uma regra institucional que é comum a todos em detrimento do valor da pessoa humana. Por exemplo, um professor cobra de seu aluno que tire o boné em sala de aula, validando a regra da escola, contribuindo para uniformização de todos os estudantes, mas no mesmo dia resolve o problema de uma aluna que lhe procura dizendo que a chamaram de “piranha” com uma pergunta “Você é peixe? Então, não ligue”. Nesse exemplo, o que está em jogo é exatamente a ausência de validar o “auto-respeito” necessário ao respeito do outro. Manter a organização igualitária da sala de aula foi visto como mais importante do que resolver os conflitos interpessoais dos estudantes. É paradoxal, mas a preocupação com o que é público vem acompanhada do desejo de tornar todos iguais. Quando a diferença aparece, ela não é somente negada, mas é também inferiorizada, naturalizada e banalizada. A escola insiste em negar as diferenças em nome da igualdade porque compreende que o respeito ao que é de todos NÃO pressupõe o respeito e o reconhecimento ao que é individual e ao que é dos outros.

Resta-nos agora pensar na segunda questão. Porque a diferença tanto incomoda no ambiente escolar? Esse talvez seja o questionamento mais custoso. A modernidade prioriza a defesa da igualdade, por isso, historicamente, a diferença é vista como um obstáculo à garantia e à aplicabilidade de direitos. Todavia, a diferença que incomoda não é aquela que legitimou historicamente os privilégios de classe, mas sim aquela que estrutura os preconceitos, discriminações e estereótipos. É aquela que inferioriza uma identidade, que reduz os seres humanos e legitima exclusões. A diferença que tanto incomoda na escola é aquela que não corresponde ao padrão moderno de indivíduo: homem, branco, heterossexual, magro, talentoso, inteligente, proativo... Os que não se enquadram nesse padrão são os diferentes, alvos de práticas preconceituosas, intolerantes e discriminatórias.

Sabemos que não é fácil “ser diferente” no interior das instituições que desejam o amoldamento a uma massa relativamente uniforme, idêntica e identificada, unificada, monocórdica, quase anônima – o que, antes de tudo, é completamente paradoxal com a força do movimento, da contradição, da oposição, da rebeldia, da ânsia pelo novo que constitui a própria vida. Esse conflito entre a tendência homogeneizadora institucional e a rebeldia dos sujeitos traduz um dos mais inquietantes problemas que a escola, como segmento da sociedade, precisa enfrentar em sua base, em sua raiz, pois constitui um caldo fervente de relações que, inevitavelmente, provocam as dissociações entre discursos e práticas. (EIZIRIK, 2010, p.04)

A dificuldade em conviver com as diferenças produz um cenário que nos ajuda a conhecer uma característica do bullying: a agressividade. Nesse sentido, as práticas de bullying podem ser compreendidas como reações impulsivas e agressivas diante da diferença. A gravidade dessa constatação é que a agressividade empregada pelos estudantes extrapola os limites e se transforma em práticas de intolerâncias. A singularidade da agressividade presente no bullying é o que transforma esse comportamento em um tipo singular de violência escolar, pois ser agressivo não implica necessariamente em ser violento.

Costa (2003) é um dos autores que se dedica a diferenciar violência e agressividade defendendo a não existência de um instinto de violência. O que existe, segundo o autor, é um instinto de agressividade que pode coexistir com o desejo de paz e harmonia e/ou com o uso da violência. Em disputas esportivas, por exemplo, os atletas são motivados pela agressividade. E isso não necessariamente os leva a praticar violência. O mesmo pode ser dito ao efeito

positivo da agressividade no processo de formação da identidade, quando o indivíduo se sente ameaçado e precisa recorrer às experiências de auto-afirmação que são mediadas pelo instinto de agressividade. (VILHENA e MAIA, 2002). Nos casos de bullying, a agressividade se transforma em violência, na medida em que a “violência é o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos” (COSTA, 2003, p.39).

(...) só existe violência no contexto da interação humana, onde a agressividade é instrumento de um desejo de destruição. Quando a ação agressiva é pura expressão do extinto, ou quando não exprime um desejo de destruição, não é traduzida nem pelo sujeito, nem pelo observador como uma ação violenta. (COSTA, 2003, p.40)

O bullying não é pura expressão do instinto de agressividade dos estudantes. As práticas são intencionais, repetitivas e caracterizadas pelo não reconhecimento do outro. É importante destacar que mesmo sendo o bullying um comportamento intencional, os motivos que levam um estudante a praticar o mal não são racionalmente justificáveis, pois não são oriundos de sentimentos de vingança, conflitos prévios ou qualquer outro tipo de situação que os explique. A intenção em ferir o outro está relacionada à incapacidade de aceitar sua diferença.

A repetição das ações e a assimetria de forças entre quem as perpetua e quem as sofre, condições que demarcam o bullying em relação aos demais tipos de violência escolar, explicitam uma intencionalidade perversa, que foge ao espaço da tolerância, considerada como algo mais do que a capacidade de suportar o outro e, especialmente, do não se sentir ameaçado pela diversidade. (PRODÓCIMO; FARENZENA; COSTA; SILVA e MATOSINHO, 2013, p.205).

Há de se indagar: Em que contexto ocorrem as agressões que caracterizam o bullying? As pesquisas de Fante (2010) e Tognetta e Vinha (2007) destacam a sala de aula como local de maior recorrência de bullying. Os dados coletados nessa pesquisa¹⁷ também apontam que durante as aulas há uma maior incidência de conflitos interpessoais que poderia ser classificados como bullying. A sala de aula parece ser o espaço-tempo mais propício para vitimar os pares, pois é neste ambiente que os estudantes passam maior período juntos. Parece que é no momento das aulas que essas crianças e adolescentes têm mais oportunidades de

¹⁷ Os dados dessa pesquisa foram coletados através de questionários e entrevistas semi-estruturada. O quarto e o quinto capítulo trazem uma análise dos mesmos.

externalizar suas identidades, manifestar suas opiniões, formar grupos por afinidade, pleitear liderança e popularidade.

Na sala de aula, as diferenças não podem ser escondidas, pois todos estão compartilhando o mesmo espaço-tempo. Mesmo aqueles estudantes mais introspectivos são cobrados, são interrogados e levados a se expressar, muitas vezes, com a intervenção dos professores. E se algo destoia daquilo que foi simbolicamente acordado como normal, o conflito se instaura. Na maioria dos casos, a presença do professor não inibe as ofensas e agressões. Os estudantes se agredem verbalmente, às vezes, até fisicamente e são retirados de sala, encaminhados para a coordenação e/ou direção. Esse processo não necessariamente configura bullying. Nesses casos, a violência entre pares constitui um dos acontecimentos subjacentes à vida da escola e ao cotidiano dos adolescentes. “Tem, neste sentido, uma dimensão de problemática institucional, comum a uma categoria social geracional, a adolescência, que, se não a inaugura, a protagoniza de forma autoral” (PRODÓCIMO; FARENZENA; COSTA; SILVA e MATOSINHO, 2013, p. 204).

O bullying pode começar com as agressões cotidianas, àquelas oriundas de conflitos interpessoais rotineiros. Mas, o que faz uma atitude agressiva se transformar em bullying é a repetição, ou seja, comportamento agressivo de atingir o outro se constituindo em perseguição, muitas vezes, acompanhado de ameaças e intimidações. O que estamos argumentando é que conflitos interpessoais podem se transformar em bullying quando as vítimas das agressões são marcadas por algum tipo de diferença que não é reconhecido. O que sustenta que as agressões perdurem é o ódio à diferença. Esse ódio não tem profundidade, não está enraizado em motivações plausíveis, mas seus efeitos são imensuráveis.

Há, cada vez com maior fluência, estudos que procuram buscar a especificidade da vitimação dentro da magnitude da violência, e, portanto observar características que podem levar uma pessoa a tornar-se vítima de violência por parte de seus pares. A maior parte desses trabalhos refere-se ao bullying, que é a situação em que a vitimação pode manifestar-se de fato, pela constância dos atos violentos (PRODÓCIMO; FARENZENA; COSTA; SILVA e MATOSINHO, 2013, p.204).

No contexto escolar, as características mais frequentes apresentadas pelos sujeitos vitimados são: fragilidade física; alto nível de dependência; dificuldade de

defender-se (RAMIREZ, 2001); além de isolamento na escola e impopularidade entre os companheiros; baixo nível de assertividade e elevado nível de vulnerabilidade; visão negativa de si mesmos. Estudos convergem na indicação de que os agressores são, geralmente, mais aceitos pelos pares que as vítimas, pois os primeiros são considerados fortes e tidos como modelos por muitos dos colegas, por apresentarem status dentro do grupo, enquanto que as vítimas são rejeitadas pelos colegas (CEREZO e ATO, 2010). O fato de sujeitos vitimados não serem tão populares quanto seus pares faz com que os colegas não considerem a gravidade da situação (SAMIVALLI e PEETS, 2010).

Dessa forma, podemos considerar a dificuldade em conviver com as diferenças e as atitudes agressivas marcadas pelo desejo de ferir o outro, como duas importantes características do que estamos chamando de comportamento bullying. Esses esclarecimentos são fundamentais devido à banalização do termo. Houve uma vulgarização do conceito, de modo que praticamente todos os desentendimentos ocorridos entre pares dentro do ambiente escolar passaram a ser rotulados como práticas de bullying.

Além da banalização do conceito, outro complicador é o uso de categorias rígidas para descrever os sujeitos envolvidos, como vítima, testemunha e agressor. Algumas pesquisas acadêmicas, relatórios e políticas antibullying trabalham com essa trilogia de modo categórico e inflexível. O uso dessas categorias de modo rígido dificulta que outras interpretações sejam consideradas, como por exemplo, não reconhecer que um agressor pode ser também testemunha e até mesmo vítima, bem como uma vítima pode, em outra situação, ser agressora ou testemunha. Por isso, atribuir papéis rígidos pode invisibilizar a complexidade da questão impedindo que situações singulares sejam destacadas.

Todavia, há algumas incompreensões em torno da notoriedade que a problemática do bullying vem suscitando na sociedade. Os estudos sobre violência escolar apontam para um aumento exponencial dos índices de violência nas escolas a partir dos anos noventa (SPOSITO, 2004). Dentro desses índices, a violência entre pares caracterizada por ofensas e humilhações verbais concentra um grande número de casos. Mas, se o que estamos chamando de comportamento bullying sempre existiu, o que aconteceu nos últimos anos para que esse tipo de

comportamento passasse a ser visto como uma prática de violência? Em outras palavras, porque só mais recentemente o bullying passou a incomodar tanto?

Compartilhamos com Olweus (2010), Nogueira (2004) e Silva (2010) que o bullying sempre existiu. Contudo, nos últimos anos, nossos olhares estão mais atentos para o conteúdo e para as consequências desse comportamento. Esse processo só foi iniciado porque a temática da diferença vem ganhando força e constituindo-se em uma fonte de direitos a serem reivindicados. Se, por exemplo, até os anos 1980 chamar o colega de macaco era visto como uma brincadeira de crianças, hoje é normatizado como discriminação racial. Ensinamos aos nossos estudantes que as diferenças que nos constituem devem ser respeitadas e o bullying age no desrespeito a essas diferenças. Então, não é o comportamento bullying que é novo, mas o que vem mudando é a maneira como concebemos as nossas diferenças. A diversidade que desafia a escola cotidianamente vem nos conduzindo a não aceitar mais determinados tipos de ofensas como se fossem brincadeiras.

A diferença hoje ganhou mais respaldo jurídico. Negros, homossexuais, deficientes e todos os outros estudantes que são marcados pela diferença cultural/identitária estão minimamente amparados pelos movimentos sociais, partidos políticos, lideranças populares e pela própria Constituição Federal. Entretanto, o fato da diferença ter se tornado um direito é, ainda, insuficiente, pois os estudantes seguem vitimados. Nesse sentido, o bullying se apresenta como uma violência velada, por isso é tão difícil combatê-lo.

A luta para transformar as diferenças em direitos não necessariamente significa garantia de respeito às mesmas. Se, por um lado, as diferenças vêm alcançando reconhecimento social, por outro lado, por mais paradoxal que pareça, é justamente a luta por esse reconhecimento que pode levar a reações violentas e intolerâncias em relação à diferença. Há ainda dificuldades em aceitar que determinadas minorias possam ser dignas de respeito. Se pensarmos, por exemplo, no caso do Índio Galdino Jesus dos Santos que foi queimado vivo por jovens de classe média em Brasília. Na época do crime, em 1997, a defesa dos adolescentes alegou que eles atearam fogo no índio porque pensaram que era um morador de rua. Essa justificativa demonstra o quanto a intolerância à diferença é assassina e

nos faz refletir sobre o (não) reconhecimento social de determinados grupos, vistos como descartáveis. Essa mesma intolerância assassina está presente no caso absurdo da empregada doméstica Sirlei Dias de Carvalho, que foi agredida por cinco jovens de classe média na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro em junho de 2007. Os jovens a agrediram com chutes na cabeça e roubaram seus pertences. A empregada aguardava um ônibus para voltar para a casa. Depois de presos, os universitários alegaram que confundiram Sirlei com uma prostituta, como se isso justificasse tal atitude.

Em ambos os casos as vítimas são minorias marcadas pela diferença, um índio e uma mulher pobre. O argumento – um morador de rua e uma prostituta – utilizado para amenizar a situação também caracteriza a presença da diferença. É como se houvesse uma hierarquia dentro das diferenças que permitisse que um morador de rua e uma prostituta tenham menos, ou nenhum, valor em relação a um índio e uma empregada doméstica. Nos casos de bullying, acreditamos ser esse mesmo sentimento de negação da diferença que leva um estudante ou grupo de estudantes a humilhar o seu par, tratá-lo com desmerecimento, perseguir-lo e se sentir-se feliz em promover o sofrimento alheio. Mesmo admitindo que o bullying, visto como uma violência escolar, não seja uma novidade, o atual contexto de intolerância que caracteriza as relações intersubjetivas na escola parece ser novo e assustador para a toda comunidade escolar. Esse contexto é assinalado pelo aumento e uso da violência como mecanismo de resolução de conflitos, pela repetição das ofensas e humilhações e pela incapacidade de aceitar a diferença. Diante desse cenário é importante identificar as formas que o bullying se apresenta, suas causas e consequências.

2.5

O que dizem as pesquisas?

Tendo em vista a notoriedade do tema e a quantidade de estudos produzidos nos últimos cinco anos, consideramos importante dialogar com pesquisas que trabalhem abordagens e referenciais diferentes daqueles selecionados para esse estudo. Esse diálogo funciona como uma análise das

principais problemáticas relacionadas ao bullying e suas consequências no ambiente escolar.

O interesse em compreender e combater o bullying não é uma particularidade da educação. Encontramos contribuições nas áreas da saúde como a pediatria, psiquiatria e psicologia; nas ciências sociais, com mais expressão na sociologia e na antropologia; no âmbito jurídico como alguns estudos relacionados à criminalização da prática do bullying e no campo da educação, no qual o tema vem ganhando mais importância.

No campo da educação, as pesquisas estão relacionadas, principalmente, à literatura do fracasso escolar e da violência escolar. No primeiro caso, os pesquisadores argumentam que os estudantes que sofrem bullying apresentam baixa autoestima e desinteresse pela escola, resultando no fracasso escolar (MIDDELTON-MOZ; ZAWADSK, 2007). Da mesma forma, a maioria dos estudantes que praticam o bullying são aqueles que apresentam dificuldades no aprendizado. No segundo caso, a relação é mais acentuada, algumas obras analisadas (FANTE, 2005; CONTANTINI, 2004) apresentam o bullying como um tipo específico de violência escolar. Nessa pesquisa, inicialmente compreendemos o bullying como um tipo específico de violência escolar em que nem todos os casos podem ser visto como causa e/ou consequência do fracasso escolar.

O bullying é um comportamento recorrente em quase todos os países ocidentais. Acontece em escolas públicas e em escolas privadas, entre meninas e meninos, crianças e adolescentes. Não escolhe gênero, nem classe social (COSTANTINI, 2004; FANTE, 2005). Mas, por que acontece? Por que é tão recorrente? Quais são as gêneses explicativas para esta violência?

Num primeiro momento, apresentaremos algumas obras que se transformaram nos referenciais bibliográficos mais utilizados para a pesquisa do bullying no Brasil. Num segundo momento, analisaremos as produções acadêmicas sobre a temática do bullying. Para tanto, procedemos a uma busca no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e no portal de pesquisas Domínio

Público¹⁸. Num terceiro momento, apresentaremos alguns dados quantitativos de pesquisas produzidas por grandes instituições, como ABRAPIA, IBGE e IPEA.

2.5.1

Bullying: obras de referência

A partir de uma pesquisa feita no sistema de citação do *scielo* foram levantados alguns estudos mencionados nas pesquisas sobre bullying no Brasil. Esses estudos, oriundos de pesquisas qualitativas e quantitativas, transformaram-se em livros de referência. São eles: Constantini (2004); Fante (2005); Beaudoin e Taylor (2006) e Middleton-Moz e Zawadski (2007).

Constantini (2004), por exemplo, compreende o bullying a partir da perspectiva psicológica:

Trata-se de um comportamento ligado à agressividade física, verbal ou psicológica. É uma ação de transgressão individual ou de grupo, que é exercida de maneira continuada, por parte de um indivíduo ou de um grupo de jovens definidos como *intimidadores* nos confrontos com uma vítima predestinada. Não são conflitos normais ou brigas que ocorrem entre estudantes, mas verdadeiros atos de intimidação reconcebidos, ameaças, que, sistematicamente, com violência física e psicológica, são repetidamente impostos a indivíduos particularmente mais vulneráveis e incapazes de se defenderem, o que os leva no mais das vezes a uma condição de sujeição, sofrimento psicológico, isolamento e marginalização. (CONSTANTINI, 2004, p. 06)

Costantini (2004) afirma que a ação educativa não deve ser influenciada apenas por comportamentos individuais, mas que entre as tarefas educativas, está a socialização de valores. Assim, a educação dos jovens no século XXI não poderia ficar estagnada no passado. Os valores e modelos do passado frequentemente entram em crise, acompanhando as crises que norteiam os sistemas culturais, sociais, econômicos e familiares que, de certa forma, reproduzem as visões de mundo a que se baseiam.

Constantini (2004) recorre à psicologia do desenvolvimento para enfatizar as consequências negativas dos atos de bullying para o processo de construção da

¹⁸ Os artigos acadêmicos que discutem a problemática do bullying não foram analisados devido à ampla variedade de temas correlatos que aparecem nesses trabalhos e ao grande volume de trabalhos produzidos, fugindo, assim, do objetivo dessa apresentação.

identidade do estudante, ressaltando a importância do diálogo e da família no seu combate.

Já Fante (2005, p.28), no livro *Fenômeno Bullying*, define-o como:

[...] desejo consciente e deliberado de maltratar outra pessoa e colocá-la sob tensão; termo que conceitua os comportamentos agressivos e anti-sociais, utilizado pela literatura psicológica anglo-saxônica nos estudos sobre o problema da violência escolar. [...] bullying é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetidas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais estudantes contra outro(s) [...] Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuações de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros estudantes levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais.

Fante (2005, p.29) defende que o bullying é um fenômeno. Essa conceituação é, a meu juízo, arriscada na medida em que sugere, ainda que indiretamente, que o bullying seja um “fenômeno natural” próprio da idade e do desenvolvimento de crianças e adolescentes. É importante frisar que o bullying ao ser considerado uma brincadeira normal torna-se banalizado.

Ao compreender o bullying como um comportamento cruel, é importante refletir o que leva esse comportamento a se desenvolver na escola. Fante (2005, p. 91) também está preocupada em combater o bullying. Sua estratégia situa-se numa proposta procedimentalista de educar para paz, valorizando o aprendizado de valores morais a partir de experiências individuais e coletivas:

[...] a intolerância, a ausência de parâmetros que orientem a convivência pacífica e a falta de habilidade para resolver os conflitos são algumas das principais dificuldades detectadas no ambiente escolar. Atualmente, a matéria mais difícil da escola não é matemática ou biologia; a convivência, para muitos estudantes e de todas as séries, talvez seja a matéria mais difícil de ser aprendida.

Defendemos que a intolerância à diferença que desafia o convívio escolar é uma das raízes do problema. Por isso, educar para paz significaria educar para o reconhecimento e o respeito das diferenças que nos constituem como seres humanos. É nessa mesma perspectiva que Beaudoin e Taylor (2006) compreendem o bullying como um ato de desrespeito e também estão interessadas em “como acabar com essa cultura na escola”. Para Beaudoin e Taylor, (2006, p. 24-26), “o bullying geralmente acontece nas culturas em que os meninos precisam mostrar que são durões; os adolescentes somente rebelam-se contra os adultos naquelas culturas que lhes conferem pouco poder na juventude”.

Beaudoin e Taylor (2006, p. 26) entendem o bullying numa perspectiva cultural mais ampla. Elas enfatizam que os atos de bullying estão inseridos em cinco tipos de culturas que possuem influências e significados no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente: (1) as culturas patriarcais geralmente convidam os meninos a serem durões e a demonstrarem força física; (2) as culturas capitalistas enfatizam a importância de ser um vencedor, de ter a razão e de estar no topo da hierarquia; (3) as culturas individualistas promovem o foco sobre as necessidades do indivíduo, seus desejos e seus direitos, muitas vezes, à custa da comunidade; (4) as culturas que enfrentam questões de racismo estão associadas a problemas de desconfiança entre as raças, de tal forma que as relações polarizam-se entre o poder e a falta de poder; (5) as culturas que revelam crenças adultistas minimizam involuntariamente os direitos e o conhecimento das crianças, assumindo a ideia de que a idade determina a competência do indivíduo.

Middelton-Moz e Zawadski (2007, p.21) defendem que:

[...] o bullying envolve atos, palavras ou comportamentos prejudiciais intencionais e repetidos [...] palavras ofensivas, humilhação, difusão de boatos, fofoca, exposição ao ridículo, transformação em bode expiatório e acusações, isolamento, atribuição de tarefas pouco profissionais ou áreas indesejáveis no local de trabalho, negativa de férias ou feriados, socos, agressões, chutes, ameaças, insultos, ostracismo, sexualização, ofensas raciais, étnicas ou de gênero.

Podemos observar que estas autoras apontam para o fato de que o bullying envolve comportamentos, palavras e atos prejudiciais ao outro. As autoras mostram que esse tipo de comportamento se dá em diferentes locais, desde a escola ao local de trabalho e até mesmo em relacionamentos afetivos pode ocorrer o chamado bullying. Essa perspectiva não compreende o bullying como um tipo específico de violência escolar, mas considera como um comportamento humano que pode surgir em qualquer contexto.

Middelton-Moz e Zawadski (2007) discutem a questão do bullying à luz da teoria da agressividade, no que diz respeito ao processo de formação da criança, sobretudo voltado para a sua educação.

Candau e Sacavino (2012) são as coordenadoras do livro *Educação em direitos humanos e bullying: oficinas para o enfrentamento e a prevenção*. Esta publicação compreende o bullying como um comportamento e uma prática que

tem profunda vinculação com intolerância, discriminação, negação da diversidade social e cultural, bem como incapacidade em reconhecer o outro. Os autores¹⁹ situam as práticas de bullying dentro de um universo marcado pelo preconceito e o vinculam a uma proposta de educação para os direitos humanos. Defendem a perspectiva de prevenção e combate urgente ao bullying, afirmando que não basta reconhecer a existência de comportamentos de bullying nas escolas, é necessário construir estratégias e dinâmicas no cotidiano escolar que enfrentem esse tipo de comportamento.

O elo entre os livros aqui analisados é que todos apresentam a urgência em prevenir e enfrentar o bullying nas escolas. Os referenciais teóricos utilizados estão situados em três campos: a psicologia, a educação e a sociologia.

Os diferentes autores baseiam-se na conceituação inicial feita por Olweus (1978) e se dedicam a redefinir o bullying para o nosso contexto e os nossos tempos, situando sua gravidade e apontando a escola, a família e a sociedade civil como responsáveis pelo enfrentamento dessa violência. Candau e Sacavino (2012) apresentam uma abordagem fundamentada na perspectiva da dignidade humana assegurada pela cultura dos direitos humanos. Os demais livros trabalham com explicações voltadas para os aspectos socioculturais e na construção de parâmetros de orientação moral e ética (COSTANTINI, 2004; FANTE, 2005; BEAUDOIN e TAYLOR, 2006) ou para as teorias psicossociais de estudos sobre a agressividade infantil (MODELTON-MOS; ZAWADSKI, 2007).

2.5.2

Bullying: produção acadêmica em teses e dissertações

Com intuito de mapear a produção acadêmica mais recente sobre a temática, optamos por fazer um levantamento das dissertações e teses que investigam o bullying. A pesquisa nos Bancos de Teses e Dissertações da CAPES foi direcionada pelos seguintes grupos de palavras-chave: (1) bullying, educação e violência escolar; (2) bullying, reconhecimento social e diferença. A busca pelos três primeiros grupos de palavras-chave teve como principal objetivo encontrar

¹⁹ Iliana Paulo, Marcelo Andrade, Maria da Consolação Lucinda, Silvia Pedreira, Susana Sacavino e Vera Candau.

trabalhos que desenvolvessem uma discussão sobre o bullying a partir da perspectiva da educação. Todavia, alguns trabalhos encontrados são oriundos também dos estudos da Psicologia. Encontramos três trabalhos procedentes da Educação, mas estes não relacionavam o bullying à violência escolar, classificando-o apenas como comportamento agressivo. Além disso, esses três estudos analisaram o bullying a partir de uma perspectiva do combate, preocupados em propor estratégias de enfrentamento. O segundo grupo de palavras-chave foi escolhido com o propósito de localizar trabalhos que investigassem o bullying à luz das teorias do reconhecimento social e do direito à diferença, pois esta é nossa proposta de análise teórica nesta pesquisa.

Quanto à busca realizada, foram encontradas 59 teses e dissertações, considerando o recorte temporal (2002-2012). A princípio, todos os resumos foram lidos a fim de se identificar as pesquisas mais relevantes para proposta em questão e, posteriormente, 10 foram selecionadas para um estudo mais detalhado. Foram analisadas 03 dissertações de mestrado e 07 teses de doutorado. Três trabalhos são pesquisas teóricas, sendo as demais pesquisas empíricas que buscam articular a discussão teórica com dados colhidos através de metodologias qualitativas, principalmente observação e entrevista.

Inicialmente, para os propósitos da pesquisa, a relação entre bullying, educação e violência escolar nos parecia evidente. Após o mapeamento nos Bancos de Teses e Dissertações da CAPES chegamos à conclusão que poucos estudos estabelecem essa relação, e estes poucos estão concentrados nos programas de Psicologia. Pesquisadores da Psicologia compreendem o bullying como um tipo específico de violência que se manifesta no ambiente e na fase escolar da criança/adolescente. Já na área da Educação o bullying não necessariamente está relacionado à violência escolar, sendo analisado como um comportamento agressivo que na maioria dos casos resulta no fracasso escolar. Desse modo, nos parece que os pesquisadores da educação concentram seus esforços em compreender mais as consequências do bullying para o processo de ensino e aprendizagem. Já os estudiosos da Psicologia nos parecem mais inclinados em investigar as causas desse tipo de comportamento e suas consequências para as relações sociais do indivíduo.

A dissertação *Representação social e violência na escola* de Juliana Prudente de Oliveira, defendida em 2002, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Católica de Goiás, discutiu a violência escolar a partir dos conflitos interpessoais entre pares. A pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de conhecer as representações que a violência possui na escola, a partir do olhar dos estudantes e dos pais. A autora concluiu que para os adolescentes a violência está vinculada às suas experiências de vida e é um fenômeno presente no cotidiano da escola. A violência na escola se manifesta através de agressões físicas e verbais, como uma forma de dominação para resolver conflitos interpessoais. Para Oliveira (2002) essa violência corresponde ao que os pesquisadores conceituam como bullying. Todavia, a autora discute a percepção dos estudantes e dos pais acerca desses comportamentos com o objetivo de compreender as causas dessa violência na escola. Os estudantes pesquisados acreditam que essa violência faz parte do cotidiano da escola, o que significa certa naturalização dos comportamentos violentos. A grande dificuldade em diferenciar o bullying de brincadeiras de criança/adolescentes é a naturalização, ou seja, quando os próprios estudantes têm dificuldades em reconhecer uma prática agressiva e humilhante como um ato de violência. Para os objetivos da nossa pesquisa, o trabalho de Oliveira (2002) confirmou duas pressuposições que tínhamos antes do início do trabalho de campo: a naturalização e a banalização da violência na escola.

A tese de Nilza Catini, defendida em 2004, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Campinas, investiga a violência escolar presente em uma grande escola pública da periferia de Campinas. A autora trabalhou com uma amostra de 41 participantes, de 8 a 15 anos, de um núcleo comunitário e os dados foram coletados em duas etapas, compostas por um desenho e uma entrevista individual, semi-dirigida e gravada. A partir dessa amostra a pesquisa compreendeu o bullying como uma violência escolar e deu voz a 41 estudantes que caracterizaram o bullying a partir de seu referencial enquanto agressores (16%), vítimas (29%) e espectadores (64%). A autora constatou a decadência de valores como a solidariedade; o sentimento de impotência por parte dos espectadores; ansiedade e insegurança em vítimas e espectadores devido à expectativa de novas agressões; revolta, auto-culpa e

reflexos negativos na autoestima por parte das vítimas; preconceito, insensibilidade pelo sentimento do outro e formação de grupos que se utilizam de estratégias violentas por parte dos agressores. O referencial teórico utilizado foi fundamentado na crítica à ética competitiva e individualista, cujos valores tendem a favorecer a manifestação das diversas violências. Catini (2004) contribui para o entendimento dos múltiplos fatores envolvidos nos casos de bullying, além de ouvir estudantes e permitir uma maior compreensão acerca dos sentimentos que perpassam as situações que emergem desse tipo de violência escolar.

A tese de Carolina Saraiva (2005) – *Comportamento agressivo, vitimização e relações de amizade de crianças em idade escolar: fatores de risco e proteção* – defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul investigou três processos que acontecem na esfera interpessoal: vitimização, agressividade e amizade. Concluiu que quando uma criança é agressiva o seu relacionamento entre pares apresenta alto risco de produzir vitimização, pois os colegas tendem a ter medo das atitudes agressivas e, por isso, passam a se submeter às ordens do agressor. Segundo Saraiva (2005), se a agressividade individual é um fator de risco para a vitimização entre pares, a amizade recíproca é um fator de proteção, ou seja, ter um amigo agressivo pode ser um fator de proteção associado à popularidade da criança e reciprocidade na sua amizade. Estes resultados contribuíram para a compreensão e reflexão sobre a qualidade da interação dos estudantes e os comportamentos e características sociais que são fundamentais na promoção da resiliência²⁰. Saraiva (2005) permitiu-nos conhecer os dilemas envolvidos nas relações entre pares, bem como papel da agressividade, da vitimização e da amizade nessas relações. Traz uma perspectiva da promoção da resiliência entre os estudantes, o que significa que a escola pode promover situações que ajudem os estudantes a serem capazes de lidar com seus próprios problemas, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas sem recorrer à agressividade.

²⁰ O conceito resiliência pode ser definido como um conjunto de processos vivenciados pelos estudantes que possibilitam a superação de adversidades. Antunes (2003), Barbosa (2007) e Tavares (2001) afirmam que depois da família, a escola é uma instituição fundamental para que as crianças adquiram as competências necessárias para ter sucesso na vida, por meio da superação das adversidades.

Jane Faria Chagas (2008) discutiu em sua tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília os adolescentes talentosos²¹. Trata-se de um estudo feito com 42 adolescentes em idade entre 12 e 18 anos e seus pais ou responsáveis. A investigação teve como objetivo descrever as características individuais e familiares de adolescentes talentosos a partir da percepção dos adolescentes, seus familiares e professores. Os dados foram coletados em duas fases. Na primeira fase, os instrumentos utilizados foram: (a) lista de habilidades, interesses, preferências, características e estilos de aprendizagem; (b) questionário para caracterização do sistema familiar, inventário de atitudes parentais, na versão filhos e pais. Na segunda fase de coleta, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 4 adolescentes talentosos, seus familiares (4 mães, 3 pais e 5 irmãos) e professoras (3 da sala de recursos e 2 do ensino regular). Chagas (2008) concluiu que as habilidades, preferências, interesses, aspectos motivacionais, características pessoais e relações interpessoais e acadêmicas dos adolescentes talentosos diferiam em função do tipo de talento. A pesquisa não apresenta relação direta com o bullying do ponto de vista da agressão ou da violência escolar, mas a autora estudou como os adolescentes talentosos se tornam alvos dos *bullies*. Nesse sentido, as descobertas da pesquisa de Chagas (2008) corroboram um dos pressupostos dessa pesquisa: uma das motivações para a prática do bullying está relacionada a dificuldade que alguns estudantes encontram em conviver e aceitar suas próprias diferenças. No caso dos adolescentes talentosos, o talento representaria uma diferença que, mesmo sendo interpretada como positiva, desvia daquilo que foi inconscientemente acordado pelo próprio grupo como normal/padrão. Ser talentoso significa ser diferente e essa diferença incomoda alguns e pode se transformar em motivos para perseguição, humilhação e ofensas. Possivelmente, esse é um dos fatores que levam esses adolescentes a preferirem o isolamento no ambiente escolar.

A dissertação de Frederico Araújo, intitulada *Bullying: uma construção teórica dessa realidade social*, defendida em 2009, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi fundamental para a compreensão do conceito de bullying. O autor reuniu,

²¹ Na perspectiva adotada por Jane Faria Chagas adolescentes talentosos são estudantes que apresentam habilidades específicas e se destacam em alguns campos, tais como: matemática, escrita, esportes e música.

catalogou e analisou documentos em língua portuguesa (trabalhos científicos, teses, dissertações, publicações em revistas e jornais científicos, documentos informatizados online e livros) que trataram do bullying como tema central, procurando fazer um estudo teórico. Procurou também construir temas geradores para a discussão. Araújo (2009) investigou o bullying, buscando compreender o significado da temática, bem como o significado que os agressores têm dado ao termo. Seu esforço em levantar e analisar as principais publicações sobre a problemática do bullying no Brasil contribui para um entendimento mais amplo a respeito do problema e uma maior instrumentação para o seu enfrentamento. Araújo (2009) destacou que no campo da educação a temática do bullying vem sendo investigada como um problema social, que resulta no fracasso escolar constituindo-se em um comportamento que precisa ser enfrentado e debatido.

Os cinco trabalhos apresentados compreendem o bullying como um tipo específico de violência escolar. Os pesquisadores, de maneira geral, entendem esse tipo de comportamento como uma situação que já faz parte do cotidiano das escolas, algo que permeia as relações entre pares. Em escolas públicas ou privadas, rurais ou urbanas, periféricas ou centrais, o bullying acontece. As pesquisas selecionadas contemplaram vários temas que fazem relação com o bullying: a percepção que os estudantes e seus pais possuem sobre a violência escolar; o bullying como um problema social; a agressão, vitimização e o papel da amizade nos casos de bullying; os adolescentes talentosos, que por serem talentosos são marcados pela diferença, discriminados e ofendidos; bem como o bullying numa perspectiva de definição conceitual e teórica.

Na segunda etapa de triagem das teses e dissertações, a relação entre bullying, reconhecimento social e diferença resultou na seleção de três trabalhos. É importante lembrar que um dos referenciais teóricos desse estudo é a teoria do reconhecimento social de Axel Honneth e Charles Taylor. Dentro dessa perspectiva teórica, o reconhecimento da diferença é um dos principais desdobramentos analíticos. Por isso, a intenção de compreender o bullying como um tipo específico de violência escolar motivado pela dificuldade dos estudantes em reconhecer/aceitar as diferenças nos levou a fazer a triagem com essas palavras-chaves.

A tese *A experiência do “tempo do agora”, educação e reconhecimento social*, de Elaine Catini, defendida em 2005, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é o resultado de uma investigação teórica acerca do problema do tempo na história e o reconhecimento do outro, no horizonte da relação entre filosofia e educação, dada a partir da experiência do “tempo do agora” de Walter Benjamin. Trabalha com os estudos de Axel Honneth sobre o reconhecimento social, como fundamento para as experiências conflituosas das sociedades atuais. “Faz-se necessário, então, o debate em torno da tarefa da história inscrita no horizonte de uma educação hermenêutica que se ocupe do problema do reconhecimento do outro na ressignificação do tempo, matéria fundante do ser histórico” (Catini, 2005, p 68). A educação enquanto processo de formação de consciências históricas pode promover o fenômeno de reconhecimento do outro no “tempo do agora” e, com isso, ressignificar-se nessa experiência intersubjetiva. A tese nos ajudou a compreender o papel da educação no processo de construção e fortalecimento do altruísmo na relação entre pares. As análises teóricas da teoria de Axel Honneth e sua inter-relação com a educação também foram valiosas para o caminho teórico conceitual de nossa pesquisa.

A tese de Renato de Almeida Morais - *Ética procedimental e racionalidade da ação: uma leitura crítica da teoria política de Jürgen Habermas* – defendida em 2008, no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Paulo, não faz nenhuma referência ao bullying. Mas, o autor trabalha com as reflexões hermenêuticas de Charles Taylor sobre a formação dos valores éticos que guiam a formação da modernidade. Essa análise é de suma importância para a compreensão do (não) reconhecimento da diferença, uma vez que de acordo com Taylor (2011) durante o processo de formação da identidade moderna alguns valores éticos foram estandardizados e deram margem para a padronização de identidades, costumes, culturas e os que não se encaixam nessa padronização são vistos como diferentes, inferiores, minoritários. A partir dessa constatação, Taylor (2011) propõe uma política do reconhecimento social da diferença.

Em *Direitos Humanos e Interculturalidade: um Diálogo entre a Igualdade e a Diferença*, tese defendida em 2010, no Programa de Pós-Graduação em

Ciências Sociais e jurídicas da Universidade do Vale do Rio Sinos, Douglas Cesar Lucas defende que o cenário político-social do mundo contemporâneo desafia a efetividade dos direitos humanos como um conjunto comum de reciprocidades e de responsabilidades a ser respeitado pelos diversos povos. Nesse contexto, uma cultura dos direitos humanos que queira enfrentar de modo eficiente os desafios de seu tempo precisa ser fundada na moralidade que é comum a todos os seres humanos, independentemente de tempo e lugar, numa moralidade jurídica que se manifesta na substancialidade das conquistas morais de toda a sociedade, e que é a base moral dos direitos humanos. Numa sociedade cada vez mais multicultural, a disputa por reconhecimento de identidades particulares não poderá ser fundada na proteção de qualquer tipo de diferença, sob pena de nada poder ser proibido e de nada obrigar mutuamente as diferentes culturas. Assim, os direitos humanos funcionarão como mínimo ético para o diálogo intercultural, como recurso que protege a universalidade amparada na humanidade do humano como tal e que admite a particularidade das culturas somente quando não for a razão de exclusões e desigualdades. Lucas (2010) permite-nos compreender o debate sobre o reconhecimento das diferenças dentro do referencial das lutas por direitos humanos. Aponta a necessidade de um diálogo intercultural como caminho para o reconhecimento das diferenças. Essa pesquisa nos ajudou a pensar o reconhecimento das diferenças dentro do ambiente escolar e a entender o que fazer para que a diferença deixe de ser inferiorizada nas relações entre pares dos estudantes.

2.5.3

O que dizem as pesquisas macro-sociais

No Brasil, a primeira grande pesquisa sobre o bullying foi realizada pela ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência) entre novembro e dezembro de 2002 e março de 2003. A ABRAPIA contou com o apoio financeiro da Petrobras e com a parceria do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro. A pesquisa foi realizada através de questionários distribuídos em uma amostra aleatória de 5.875 estudantes do ensino fundamental

de 11 escolas localizadas no município do Rio de Janeiro, sendo 9 escolas públicas e 2 escolas particulares. A idade média dos estudantes foi de 13 anos.

Os dados da pesquisa revelaram que 40,5% dos estudantes admitiram ter estado diretamente envolvidos em atos de bullying em 2002. Isso equivale a 2.217 estudantes, sendo 16,9% vítimas, 10,9% vítimas/agressores e 12,7% agressores de bullying.

A pesquisa mostrou que as vítimas do bullying são mais numerosas que os agressores. Em geral, essa constatação se repete. Isso significa que quase 17% dos estudantes já sofreram algum tipo de bullying e que pelo menos 57,5 % já testemunhou uma cena de bullying na escola. A pesquisa concluiu que o bullying é um comportamento que faz parte das relações sociais nas escolas do Rio de Janeiro. Mesmo sendo de 2002, os dados da ABRAPIA fortalecem algumas constatações atuais.

Em relação à tipologia, chama atenção o bullying praticado através da violência verbal, seguido das agressões. As meninas recorrem com mais frequência às humilhações verbais e somente 7,9% praticam violência física contra seus pares. Esse dado é o inverso em relação ao comportamento dos meninos, onde 27,2% partem para as agressões físicas e apenas 6,4% recorrem às humilhações verbais. Essa diferença de gênero é levantada pela maioria das pesquisas e nos leva a afirmar que ambos confirmam os estereótipos e marcadores de gênero de nossas sociedades. Os meninos reproduzem o que a pesquisa identifica como “comportamento de macho” valorizado socialmente, mostrando seu poder através do uso da força e da violência. Enquanto as meninas reproduzem o “comportamento de fêmea” estereotipado pela sociedade, lançando mão de difamações, humilhações, fofocas (bullying indireto) como instrumento de agressão do outro.

Em relação aos locais onde o bullying é mais frequente, os dados levantados pela ABRAPIA apontam para a sala de aula. Mesmo sendo um dos lugares mais vigiados, pois os estudantes raramente ficam sozinhos, a sala de aula é o local preferido dos agressores de bullying, pois apesar de estarem sob os cuidados de uma autoridade (professor) é o local que sempre tem grande platéia (as testemunhas). Em diversos momentos o professor está ocupado com as tarefas

e não consegue perceber a recorrência das práticas de bullying, ou as interpreta como brincadeiras de criança. O momento do recreio aparece em segundo lugar. Trata-se também de um momento de aglomeração de estudantes que se transformam em platéia/testemunha dos agressores do bullying.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou em 2009os dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE). Foram entrevistados 109.104 alunos do 9º ano do ensino fundamental (antiga 8ª série), de um universo de 3.153.314. A pesquisa de abrangência nacional identificou o bullying como um dos vilões da adolescência envolvendo quase 30% dos estudantes brasileiros, seja praticando ou sofrendo a violência caracterizada por agressões verbais ou físicas, intencionais, aplicadas repetidamente contra uma pessoa ou um grupo.

Os resultados da PeNSE 2009 mostraram que 57,6% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental foram bem tratados pelos colegas quase sempre ou sempre. Cerca de 62,8% das alunas declararam ter sido bem tratadas pelos colegas, enquanto entre os meninos esse percentual foi de 52% % % %. Em relação ao fato de sofrer bullying pelos colegas de escola, 7,2% dos estudantes afirmaram que sempre ou quase sempre se sentiram humilhados por provocações. Os percentuais foram maiores entre os estudantes do sexo masculino (7,9%) do que do feminino (6,5%). Entre os alunos de escolas privadas, a proporção foi de 7,9% e entre aqueles de escolas públicas, 7,1%.

Os resultados da PeNSE 2009 demonstraram que 20,8% dos estudantes praticaram algum tipo de bullying (esculachar, zoar, mangar, intimidar ou caçoar) contra os colegas, levando-os a ficarem magoados, incomodados ou aborrecidos, nos últimos 30 dias. Isso poderia significar que 20,8% dos estudantes brasileiros são potencialmente agressores de bullying, ou seja, um em cada cinco jovens na faixa dos 13 aos 15 anos pratica bullying contra seus colegas no Brasil. O perfil dos agressores também aponta para uma predominância masculina: 26,1% dos meninos praticam bullying, em comparação com 16% das meninas. Também são eles os que mais sofrem a agressão (7,9%), em relação a elas (6,5%).

A pesquisa de larga escala mais recente sobre o bullying no Brasil foi feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Trata-se de uma segunda

versão da pesquisa que foi realizada pela primeira vez em 2009, a PeNSE, apresentada anteriormente. Ambas as versões (2009 e 2012) apresentam uma ampla gama de assuntos, incluindo informações demográficas, hábitos alimentares, imagem corporal, exercícios físicos, consumo de cigarros, álcool e outras drogas, saúde dental, comportamento sexual, rede de proteção, violência e acidentes.

A versão 2012 contou com uma amostra de 132.123 estudantes do 9º ano do ensino fundamental, desse quantitativo 109.104 alunos responderam os questionários. O critério de seleção das escolas foi quantitativo, somente escolas com mais de quinze alunos matriculados em cada turma de 9º ano foram selecionadas. A amostra foi retirada de 26 capitais e o Distrito Federal. As cidades restantes foram agrupadas em cada uma das 5 grandes regiões a que pertenciam, formando 5 estratos geográficos. Assim como a primeira versão, essa pesquisa foi realizada em parceria com o IBGE e com o Ministério da Saúde.

A pesquisa levantou dados importantes para compreensão do bullying em escala nacional. Um dado que chamou a atenção foi o alto índice de bullying relacionado com a aparência física, com especificidade para os estudantes obesos. De acordo com a análise dos dados, na rede pública, 54% dos estudantes que se acham “muito gordos” dizem que são vítimas de bullying. Nas escolas particulares, o índice é ainda mais alto, 63%. Entre as garotas, 34% das que se consideram “muito magras” se sentem sozinhas quase sempre. Já no caso dos meninos, 19% dos que se encaixam nesse perfil se sentem da mesma forma.

Segundo Luis Claudio Kubota (2012), responsável técnico pela pesquisa, os dados indicam que os estudantes que se autoclassificam “muito gordos” ou “muito magros estão mais sujeitos a sentirem solidão (32,5%), sofrerem de insônia (15,5%), violência familiar (24,3%), agressões (38,1%) e lesões (23,3%). Os estudantes estão envolvidos em brigas e afirmam que seus pais raramente, ou nunca, entendem seus problemas e preocupações. A pesquisa ainda aponta que a situação dos que se identificam como “gordos” não é tão crítica quando comparados aos “muito gordos”. Apenas 12,1% sofreram de bullying e, para aqueles que são vítimas desse tipo de violência, a aparência corporal foi a motivação para 36,5%. No caso dos estudantes “muito magros”, vários

indicadores são piores que os dos “gordos” como, por exemplo, o consumo de drogas ou fórmulas para perder (21,2%) ou ganhar (23,1%) peso.

2.6

O bullying como uma violência escolar

Como vimos, praticamente, todos os estudos teóricos e todas as pesquisas empíricas analisadas apresentam o bullying como um tipo específico de violência escolar entre pares. Sendo assim, a fim de compreender melhor o bullying como um comportamento violento é fundamental entender como que se configura a violência na escola.

Charlot (2002) argumenta que a violência escolar não é uma novidade dos séculos XX e XXI. Já no século XIX, há registros de práticas violentas em escolas secundárias, sancionadas com prisões. Contudo, se a violência escolar não é um fenômeno radicalmente novo, ela tem assumido novas feições. Segundo Charlot (2002, p. 45) pode-se destacar três novos aspectos da violência escolar surgidos entre os anos 1980 e 1990:

- 1- As formas de violência são cada vez mais graves: casos de estupros, homicídios e agressões com armas, agressões aos professores e funcionários.
- 2- A juventude dos agressores: os envolvidos são cada vez mais jovens, entre 8 e 13 anos.
- 3- A vulnerabilidade da escola: a instituição não se apresenta como um ambiente em que as crianças possam conviver tranquilamente.

Para Charlot (2002), esses três novos fatores intensificaram a gravidade da violência escolar, produzindo uma situação de angústia social. No entanto, na medida em que a violência escolar passa a ser vista como estrutural e não mais acidental, os pais, os estudantes, os professores e toda a comunidade escolar passam a desacreditar no potencial da escola como instituição.

Sposito (2001) também considera que a violência escolar não é um fenômeno novo e, devido as suas novas roupagens, demonstra preocupação na maneira como ela vem sendo conceituada. Para evitar equívocos, Sposito (2001) defende a necessidade de compreender a violência escolar como aquela que nasce

entre os muros da escola, isso significa trabalhar em uma perspectiva da violência escolar *stricto sensu*. Essa perspectiva contribui para minimizar afirmações precipitadas baseadas em raciocínios de causa e efeito como o binômio pobreza/violência e possibilita compreender a violência escolar em sua singularidade. Tudo isso nos permite entender que a escola não é apenas uma caixa de ressonância da sociedade e que, muitas vezes, o cotidiano escolar contradiz o que acontece nos arredores da escola. Analisar a violência escolar em suas especificidades nos ajuda a explicar porque ambientes sociais violentos nem sempre resultam em práticas de violência na escola e o contrário também seria observado, ou seja, ambientes sociais sem violência poderiam apresentar escolas com alto índice de violência escolar.

Charlot (2002) destaca que o estudo do fenômeno da violência escolar deve ser iniciado com algumas distinções conceituais que são fundamentais para o entendimento das singularidades que existem nas práticas de violência oriundas de conflitos nos processos de socialização escolar. Assim, propõe três tipos de diferenciações:

- 1- **Violência na escola:** práticas de violência física ou simbólica que ocorrem dentro do espaço escolar, mas que não estão relacionadas às atividades escolares. Quando, por exemplo, um grupo de pessoas entra na escola para brigar ou acertar contas de disputas que são externas à escola. Nesse caso, a escola é apenas o local escolhido para a violência, que poderia ter sido realizada em qualquer outro local.
- 2- **Violência à escola:** está ligada à natureza e às atividades escolares; ocorrem quando os estudantes provocam incêndios, destroem o patrimônio escolar, agredem os professores e demais funcionários. Essas atitudes, em geral, demonstram aversão à escola e desejo de destruí-la.
- 3- **Violência da escola:** trata-se de uma violência institucional e simbólica, caracterizada pela maneira como a escola trata os estudantes. Relaciona-se ao modo como as salas são compostas, ao método de avaliação e à atribuição de notas, aos adjetivos que são utilizados para descrever o comportamento dos estudantes, às punições que são empregadas para os casos de indisciplina, etc.

A diferenciação construída por Charlot (2002) dá subsídios importantes para sistematização de uma definição sobre a violência escolar. Neste sentido, Debarbieux (2002) afirma que é muito complexo conceituar a violência escolar, mas é plausível criar alguns indicadores que nos auxiliem a diferenciar a violência

escolar das outras formas de violência presentes na sociedade contemporânea. Dessa forma, para compreender a extensão da violência escolar e as suas transformações, o autor propõe cinco indicadores determinantes para a ocorrência da violência escolar:

- 1- Localização geográfica: as práticas de violência escolar nem sempre se restringem ao espaço físico da escola. Os atos violentos podem ocorrer dentro da escola, no trajeto entre a escola e a residência, em passeios e eventos escolares ou em outros espaços relacionados à escola.
- 2- Atores envolvidos: estudantes, professores, funcionários e pais. Pode ocorrer em qualquer tipo de relação intersubjetiva relacionada ao cotidiano escolar, sendo que é mais evidente quando há desigualdade de condições e de poder, como entre professores e estudantes ou entre estudantes mais velhos e crianças pequenas.
- 3- Motivação: o que leva os agressores a praticar violência. A violência pode estar baseada no desinteresse pela escola, comportamentos violentos adquiridos fora da escola, bem como em discriminações, preconceitos e não-reconhecimento das diferenças.
- 4- Tipos de violência: violência física, verbal, sexual, psicológica, negligência, vandalismo, bem como bullying e cyberbullying.
- 5- Gravidade e cotidianidade dos atos: deve-se ter em conta, na avaliação do que seja violência escolar, o contínuo entre: (a) o que for passível de punição penal e estiver relacionado às formas mais brutas de violência e (b) todo e qualquer ato de transgressão e incivilidade. Se for estabelecido enquanto violência escolar apenas o primeiro extremo, talvez não seja dado o reconhecimento necessário às vítimas de violências mais sutis, como agressões físicas com consequências mais leves e agressões psicológicas mais corriqueiras. Se o segundo extremo for estabelecido, segundo Debarbieux (2002), haverá um cerceamento da liberdade de expressão individual e abrir-se-á espaço para políticas de supervisão e repreensão excessivas a atos do cotidiano.

Na opinião de Charlot (2002, p. 437), a transgressão diz respeito a comportamentos contrários às regras da escola que não infringem leis, tais como absentismo, não realização de trabalhos escolares, morosidade para cumprir tarefas escolares ou normas, etc. Já a incivilidade se refere ao comportamento que “não contradiz, nem a lei, nem o regimento interno do estabelecimento, mas as regras da boa convivência: desordens, empurrões, grosserias”.

Para Debarbieux (2002), mesmo não sendo atos de transgressão da lei e do regimento interno da escola, os comportamentos diagnosticados como incivildades devem ser classificados como violência escolar, pois o acúmulo desses tipos de comportamento pode gerar um sentimento de insegurança e desrespeito na instituição, que atinge negativamente a identidade dos envolvidos. Além disso, o estresse acumulado por pequenos incidentes cotidianos de violência pode ter um efeito tão destabilizador quanto o de um único ataque grave. Às vezes, as situações limites entre ameaças, brigas, provocações e bate-bocas se agravam, de modo a provocar episódios de violência de maior potencial, tornando-se mais difícil para a escola a prevenção e o enfrentamento de tais eventos (ABRAMOVAY & RUA, 2002).

2.6.1

Quem sofre; quem pratica; quem testemunha

Meninos e meninas que são vítimas de bullying sentem-se constantemente ameaçados, não somente por um algoz, mas por uma constatação implacável no interior de si mesmas: “eu sou assim como ele diz”, “eu mereço ser chamada de...”. Essa ausência de valor talvez explique o fato do bullying não ser visto aos olhos do educador. (...) Os alvos de bullying se vêem assim e tenderão a se ver como inferiores em suas tantas outras relações futuras, como esposas, maridos, companheiros de trabalho... (TOGNETTA e VINHA 2008, p.07).

Sendo o bullying um sofrimento velado, os estudantes que se tornam vítimas apresentam baixa autoestima e podem internalizar uma imagem inferior de si próprios. Nesses casos, Tognetta e Vinha (2008) ressaltam a importância do reconhecimento positivo da identidade desses estudantes. A identidade é formada a partir do reconhecimento social que o indivíduo desenvolve. Se a imagem que os outros devolvem for negativa, o indivíduo pode interiorizar essa imagem e se sentir inferior em relação às demais pessoas que o cercam. O fortalecimento da autoestima poderia ser uma medida para esses estudantes não construírem uma falsa modalidade de ser, oriunda das ofensas e agressões sofridas nas escolas.

Porém, há de se questionar um dado instigante: muitos estudantes carregam em si todos os estereótipos que os transformariam em vítimas ou agressores de bullying e, não necessariamente, internalizam esse comportamento. Durante as observações no Colégio Guarani nos deparamos com alguns

estudantes, na maioria meninos, que assumiram posições de liderança, são populares, admirados e até seguidos por alguns colegas, possuem uma personalidade mais forte e até um tanto agressiva, mas não poderiam ser classificados como *bullies*, pois constituem lideranças positivas, assumem a posição de representantes de turma e pareceram ser prestativos e pró-ativos com os professores e projetos da escola. Da mesma maneira, observamos dois estudantes introspectivos e obesos, que por essas características poderiam se tornar vítimas de bullying, mas, segundo nossas observações, não pareceram ser.

Então fica a questão: ainda que muitos estudantes apresentem todos os estereótipos para serem personagens do bullying, seja como vítima ou agressor, porque nem todos internalizam esses comportamentos? Acreditamos que novamente a identidade poder ser um caminho para responder esse questionamento, uma vez que é na identidade que algumas dessas questões são equacionadas.

Não é o contexto que determina tais condutas agressivas, assim como não é a genética a grande vilã dessa história, e sim como esses meninos e meninas se vêem diante desse meio e constroem suas personalidades integrando tudo aquilo que foram valorizando durante suas vidas, podendo, assim, tornarem-se resilientes. (TOGNETTA e VINHA 2008, p.10).

A questão central é como esses estudantes se vêem e como querem ser vistos, esse questionamento nos ajuda a entender o porquê de se comportarem como vítimas ou agressores do bullying. Segundo Hall (2009), as identidades são compostas por valores, ao constituir sua identidade o indivíduo irá recorrer ao conjunto de valores que são mais aceitos e admirados, buscando se tornar uma pessoa amada e respeitada por todos que o cercam. Trata-se, então, de uma busca pelo reconhecimento do outro. E essa busca é sempre relacional, fundamentada nas relações intersubjetivas. Isso significa que o valor de si próprio é construído a partir dessas relações intersubjetivas e é um dos componentes que irá determinar a conduta do indivíduo.

Quando pensamos na escola enquanto um espaço de socialização onde meninos e meninas equacionam suas experiências intersubjetivas, vemos o quanto a escola é uma instituição que contribuiu para o processo de formação e consolidação da identidade. Nos casos de bullying, Nogueira (2004) destacou que

alguns estudantes apresentam dificuldades em equacionar positivamente suas experiências intersubjetivas e quando são agredidos tendem a se conformar e a se atribuir menor valor, tornando-se vítimas. Ao passo que podem, pelo mesmo motivo, fazer mal aos outros na tentativa de dividir o peso de sua própria inferiorização, tornando-se assim agressores. Mas, no caso das condutas marcadas pela agressão, há ainda um fator diferencial. Os agressores de bullying não conseguem constituir uma dupla perspectiva de ver a si mesmo e ao outro. Para Tognetta e Vinha (2008), essa dificuldade está relacionada à ausência de um conteúdo ético que relacione o valor de si ao valor do outro. Por isso, o bullying atinge a identidade não apenas das vítimas, mas também dos agressores.

Acreditamos que os estudantes que não conseguem constituir esse processo dialógico de entender que o outro é alguém valioso e que por isso merece respeito, possivelmente são estudantes que apresentam problemas de autoestima e que provavelmente não foram estimulados a valorizar a prática do bem. Olweus (1978), Ramirez (2001) e Rossato (2013) destacam que os agressores de bullying não apresentam justificativas razoáveis para as ações que praticam contra seus pares. Podemos compreender esse dado relacionando àquilo de Tognetta e Vinha (2008) chamaram de ausência de um saber ético que acompanhe as ações dessas crianças e adolescentes. Mas, ainda assim, mesmo admitindo que praticar o mal no lugar do bem não produz nessas crianças nenhum sentimento de reflexão, ainda assim essa maldade parece ser inexpressiva. O que estamos sugerindo é que a ausência de um conteúdo ético pode ser complementada por um processo de normalização de atos maus, isso significa que para os agressores de bullying agredir o outro é algo que não necessita de justificativas razoáveis, é tão banal, tão comum e corriqueiro que faz parte do cotidiano. Esse outro é, na maioria das vezes, o diferente. E essa sua diferença parece ser um bom motivo justificador da agressão. O mal empregado contra o diferente não é ressaltado quando os agressores são indagados sobre suas ações. Em geral, as respostas são triviais, do tipo: “*mas ele é sem noção*”; “*ela é muito lerda*”; “*ela é muito gorda*”; “*não tem senso do ridículo*”. São respostas caracterizadas por julgamentos preconceituosos, estereotipados e que resultam em discriminações. Por trás dessa dificuldade em aceitar a diferença, é possível que haja também uma forma de “banalidade do mal”, na perspectiva de Arendt (1999),

ou seja, uma superficialidade nos tratamentos, uma ausência reflexão e da capacidade dar significado às ações, ao mundo e à alteridade.

O bullying é um comportamento velado. Essa é uma constatação recorrente e a encontramos nas pesquisas quantitativas, como ABRAPIA (2002), IBGE (2009) e IPEA (2012). Todavia, é fundamental sinalizar que as práticas de bullying são veladas somente diante das autoridades, porque entre os pares, isto é, entre aqueles que fazem parte do mesmo grupo social, o bullying apresenta-se como explícito. La Taille (2004) nos lembra que o ser humano nunca se comporta da mesma maneira quando está em grupo ou sozinho. No primeiro caso, os humanos podem apresentar comportamentos mais grosseiros e primitivos, caracterizados por atos de violência e agressão. Isso advém de uma necessidade de auto-afirmação, que demonstre para os outros o valor e a força contidos naquela personalidade.

Se analisássemos o comportamento dos agressores de bullying à luz da observação de La Taille (2004), talvez pudéssemos entender que o estudante que pratica o bullying necessita de um público para conseguir manter a boa imagem de si diante dos outros, uma imagem caracterizada pela força e pela dominação. Nesse sentido, o outro, aquele que é agredido, não tem dignidade, e a platéia que assiste essa agressão legítima e compartilha os juízos determinados pelo agressor. Trata-se de uma tirania de grupo que usa a violência como forma de manutenção do poder. Por isso, o bullying só é escondido das autoridades e entre os pares ele é legitimado e banalizado.

Mas, além das vítimas que sofrem o bullying e dos agressores que o praticam, há ainda os expectadores, classificados também como testemunhas. São aqueles estudantes que assistem e que se distinguem através da ação ou omissão diante das agressões. Esses estudantes não estão protegidos das consequências do bullying, mesmo não estando diretamente envolvidos. É para esse público que o bullying é direcionado. São meninos e meninas que se transformam em platéia e que podem legitimar e contribuir para continuidade das práticas de bullying.

Avilés (2007) lembra que em relação às testemunhas o que está em jogo é o posicionamento moral sobre o que é justo ou injusto, sobre decidir agredir ou não um colega de maneira gratuita ou repudiar essa atitude. Segundo Tognetta e

Vinha (2008), as testemunhas preferem não se meter, posicionam-se “de fora” da cena como se nada tivessem a ver com o problema em questão. Tal postura consiste em uma ausência de tomada de posição, uma omissão que pode ser muito perigosa podendo ser traduzida como um sentimento de conformismo.

O que está em jogo é necessariamente a ausência de um sentimento de indignação que permita a esse espectador assumir um posicionamento contrário às injustiças. Por sua vez, essa indignação é proveniente de um “estar sensível” ao sentimento do outro, de uma espécie de co-mover-se ao outro. (TOGNETTA e VINHA, 2008, p.13).

O que nos parece ainda mais grave é que no lugar da indignação para com as crueldades, as pesquisas apontam que as testemunhas podem desenvolver atitudes como zombar e rir das humilhações praticadas. Tal postura pode significar não que aquele estudante concorde com a cena de violência que está assistindo, mas que, rindo da situação, ele se protege de ser a próxima vítima, pois agir assim é uma maneira de demonstrar de que lado se está, e, nesse caso, trata-se do lado dos “mais fortes”.

Se o bullying é velado diante das autoridades, talvez seja nas testemunhas que a escola deva focar sua atenção, pois são esses estudantes que podem ajudar a escola a identificar os casos de bullying. Para que isso aconteça é fundamental que a escola assuma o compromisso de educar meninos e meninas para o respeito às diferenças que nos constituem enquanto seres humanos. O bullying é um problema grave e exige uma intervenção urgente por parte de quem educa. Segundo Candau e Sacavino (2012), essa intervenção pode ter mais êxito se começar pelas testemunhas. Talvez, a principal contribuição que a escola pode dar é ensinar para esse grupo que testemunha o bullying a não se conformar com a violência e a não banalizar o mal empregado.

Fica, então, uma questão. Até onde a epígrafe de Robert Musil, de 1906, que abre esse capítulo não corresponde a todas as considerações que levantamos sobre o bullying? Até que ponto não reconhecemos *Basinis* nos casos atuais de bullying? Quando o escritor afirma que “*Os meninos atacam Basini quase toda noite, arrancando-o da cama e empurrando-o escada acima para o sótão. Nenhum professor vai ouvir seus gritos de lá. Eles o forçam a se despir, então fustigam suas costas. Nu e indefeso, o garoto se encolhe enquanto seus*

torturadores o fazem gritar”. Será que essa narrativa é exclusiva de Viena do início do século XX? Ou podemos considerar que há muitos *Basinis* na escola de hoje?

O fato é que nem na ficção e muito menos no mundo da vida, para lembrar os escritos de Habermas (2004), o bullying deve ser compreendido como uma simples brincadeira de criança. Sabemos da dificuldade de identificar e enfrentar as práticas de bullying, mas essas dificuldades não podem nos fazer ignorar o potencial destruidor que está por trás dessa violência escolar. Contudo, dada a complexidade do comportamento bullying, torna-se arriscado compreendê-lo somente a partir de observações empíricas, sendo indispensável construir um aporte teórico que nos auxilie e fundamente nossas considerações. Neste sentido, no capítulo seguinte, apresentaremos o caminho teórico desta pesquisa, buscando compreender o bullying a partir da filosofia do reconhecimento social de Charles Taylor e Axel Honneth e das investigações de Hannah Arendt sobre a banalidade do mal.